

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
 - 1.2 – Reuniões de Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE
- 5 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
- 6 – MANIFESTAÇÕES
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 18/5/2017

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Inácio Franco – Rogério Correia – André Quintão – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Glaycon Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Marília Campos – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Tiago Ulisses.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Rogério Correia) – Às 14h2min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 22, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/5/2017

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e os deputados Dirceu Ribeiro e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Arlete Magalhães. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno,

dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* da Sra. Bruna dos Santos Risson, solicitando informações sobre a demora para os alunos receberem o valor correspondente ao programa Poupança Jovem. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.802 e 6.831/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.891/2017. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.064/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação – SEE – pedido de informações sobre a transferência de recursos para as caixas escolares e respectiva movimentação financeira no período de 2014 a 2016, com o detalhamento das receitas e despesas, por caixa escolar; as unidades escolares e os municípios onde se localizam; se esses valores integraram o percentual de gasto do Estado obrigatório na educação e quais são os mecanismos de controle que a SEE exerce sobre as caixas escolares;

nº 8.065/2017, da deputada Celise Laviola, em que requer seja realizada reunião com convidados para conhecer a atuação do Tribunal de Contas do Estado no controle externo da educação pública, especialmente o projeto Na Ponta do Lápis: a escola na formação, o tribunal na fiscalização;

nº 8.068/2017, do deputado Nozinho, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para viabilize a utilização do prédio da Escola Estadual Santana, em João Monlevade, fechada em janeiro deste ano, como parte do câmpus da Uemg de João Monlevade, permitindo a manutenção do objeto inicial que motivou sua construção e preservando o valor histórico da edificação;

nº 8.076/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação das empresas incubadoras e dos parques tecnológicos de Minas Gerais, bem como sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;

nº 8.077/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Casa pedido de informações sobre o montante da dotação orçamentária do Projeto de Lei nº 4.092/2017, bem sobre as ações em que o Programa de Assistência Estudantil a ser instituído pelo projeto irá apoiar os estudantes, principalmente os mais carentes, que precisam de moradia, livros, auxílio-alimentação, entre outras demandas;

nº 8.078/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações acerca do repasse de recursos para a alimentação escolar dos alunos da educação integral das escolas estaduais, de modo a esclarecer a reportagem veiculada no jornal *Estado de Minas*, no dia 22/4/2017, que trata do assunto na manchete “Escolas integrais fazem vaquinha pra comprar merenda em Minas Gerais”.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2017.

Celise Laviola, presidente – Ione Pinheiro – Dirceu Ribeiro – Tiago Cota.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/5/2017

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara

aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.098/2017 (deputado Fabiano Tolentino) e 3.973/2016 (deputado Isauro Calais), todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.783/2016 (relator: deputado Isauro Calais), que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.987/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Salinas para debater a execução do programa Água para Todos, da Copasa, no Estado;

nº 7.988/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que o benefício tributário da suspensão do ICMS nas operações com gado bovino em pé originadas no Estado de Goiás com destino à industrialização em Minas Gerais, expresso no protocolo ICMS nº 74/2016, firmado no âmbito do Confaz, seja estendido a todos os contribuintes com personalidade jurídica localizados nos Estados de Minas Gerais, da Bahia e do Espírito Santo, respeitadas as condições dispostas no referido protocolo;

nº 8.138/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater o novo regulamento de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, conforme Decreto Federal nº 9.013, de 2017, especificamente sobre as penalidades aplicáveis em razão de seu descumprimento e o seu impacto para as empresas que atuam nesse segmento;

nº 8.139/2017, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater a segurança do homem do campo;

nº 8.143/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Catuti para debater a produção de algodão nos vários municípios da Serra Geral, bem como o apoio do governo do Estado à cotonicultura.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Roberto Andrade, presidente – Carlos Pimenta – Duarte Bechir.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/5/2017

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Carlos Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 8.153/2017, dos deputados Bosco, Glaycon Franco e Carlos Pimenta, em que requerem seja realizada audiência de convidados para discutir as políticas públicas da área cultural e as perspectivas

de trabalho conjunto dos órgãos governamentais responsáveis. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2017.

Bosco, presidente – Elismar Prado – Glaycon Franco.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/5/2017

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e o deputado Fred Costa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater sobre o credenciamento, o processo licitatório e a preservação da Feira de Artesanato do Eldorado, no Município de Contagem. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Júnia Roman Carvalho, defensora pública especializada em direitos humanos, coletivos e socioambientais; Mirian Rodrigues Pedroza, diretora de emprego da Secretaria Municipal de Trabalho de Contagem, representando o Sr. Frederico Ricardo Fonseca Carneiro, secretário municipal de Trabalho e Geração de Renda de Contagem; Daniele Gonçalves de Freitas Paiva, expositora da feira de artesanato de Contagem; Edna Moreira Zanette, presidente da Associação dos Feirantes de Contagem; Jennifer Ribeiro da Silva, representante da Associação dos Feirantes de Contagem; e os Srs. Helson Pereira Resende, advogado representante dos feirantes de Contagem, e Marcos Antônio do Nascimento, representante da Associação dos Feirantes de Contagem. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2017.

Paulo Guedes, presidente – Tiago Ulysses – Ulysses Gomes.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/5/2017

Às 14h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os atos de violência praticados pela PM contra os moradores da ocupação Manoel Aleixo, no Município de Mário Campos, durante operação de reintegração de posse sem autorização judicial, ocorrida na manhã no dia 1º/5/2017. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Sueli Lisboa, assessora de Prevenção e Mediação de Conflitos, representando o secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Júnia Roman Carvalho, defensora pública, representando a Sra. Ana Cláudia da Silva Alexandre, defensora pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; Maira Neiva Gomes, advogada do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB; e Nathaly Gabriela da Silva e Poliana de Souza Inácio, integrantes do MLB; e os Srs. Paulo Vaz Alkimim, ouvidor de polícia da Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais; Willian dos Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG;

Leonardo Pércles Vieira Roque, coordenador nacional do MLB; Thales Augusto Nascimento Viote e Elcio Pacheco, advogados do MLB; Anderson Alves de Oliveira, integrante do MLB; Renato Campos Amaral, coordenador nacional do Movimento Luta de Classes; e o Ten.-Cel. PM Hércules de Paula Freitas, comandante do 48º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais em Ibirité. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2017.

Cristiano Silveira, presidente – Celise Laviola – Cabo Júlio.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/5/2017

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade, Fábio Avelar Oliveira e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes e Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.041/2017, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Fábio Avelar Oliveira. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.397/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Roberto Andrade). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.558/2016 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.045/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.268/2017, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – pedido de providências para a instalação de uma unidade de pesquisa e desenvolvimento de hortaliças no Município de Senador Amaral, na Fazenda Firmino Elias, doada ao município para essa finalidade;

nº 8.269/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva, em que requerem seja encaminhado à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – pedido de providências para atualizar a tabela de custos de produção agrícola, considerando a defasagem nos custos efetivos dos produtos;

nº 8.271/2017, do deputado Gustavo Valadares, em que requer seja realizada visita à Anac, com vistas a acompanhar a reunião de sua diretoria colegiada, em 16/5/2017, em que haverá deliberação sobre o retorno dos voos de jatos de grande porte ao aeroporto da Pampulha;

nº 8.272/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater os efeitos do contrato de cessão de uso do Parque das Águas de Caxambu, celebrado entre a Codemig e esse município;

nº 8.273/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Comércio e Indústria de Bebidas Áurea Cibal pela eleição, no Congresso Brasileiro de Bebidas – Confrebras –, realizado em abril de 2017, de seu refrigerante como o Guaraná de Ouro.

Em seguida, são aprovados os relatórios de visita aos Aeroportos da Pampulha e Internacional Tancredo Neves, realizadas em 9/5/2017, que seguem publicados após as assinaturas. Registra-se a presença do deputado Fabiano Tolentino. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2017.

Roberto Andrade, presidente – Antônio Carlos Arantes – Ivair Nogueira.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Local visitado: Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (Aeroporto da Pampulha), em Belo Horizonte

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 8.081/2017, do deputado Gustavo Valadares, a Comissão de Desenvolvimento Econômico visitou, em 9/5/2017, a partir das 8 horas, o Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, mais conhecido como Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte. A visita foi um desdobramento da audiência pública realizada em 25/4/2017, em que se debateu o retorno da operação de voos de grande porte ao Aeroporto da Pampulha e suas consequências.

Participaram da visita os deputados Roberto Andrade, Antônio Carlos Arantes e Gustavo Valadares. Também estiveram presentes Hélio Cardoso, superintendente em exercício, José Lúcio Rocha, gerente comercial, e Mark Antônio, gerente de Tráfego Aéreo do Aeroporto da Pampulha; Wagner Antônio Soares, técnico da Infraero; e Rogério Miranda, da Associação de Moradores do Bairro Jaraguá.

Relato

A visita em relato foi realizada como desdobramento de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico realizada em 25/4/2017. Naquela ocasião foi debatido o retorno da operação de jatos de grande porte ao Aeroporto da Pampulha, tendo em vista a possível liberação para tal por parte da diretoria colegiada da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Os deputados foram recepcionados por Hélio Cardoso, superintendente em exercício do aeroporto, que explicou que não estava autorizado o acesso dos parlamentares a áreas restritas, como salas de embarque – o que poderia ser franqueado em visita futura –, nem a concessão de entrevistas por parte da administração do aeroporto.

Assim, os deputados foram guiados pelas áreas comuns, momento em que os gestores da Infraero informaram que o aeroporto tem capacidade para operar até cerca de 155 voos semanais. Entretanto, atualmente opera apenas um destino na aviação comercial e uma quantidade inferior à sua capacidade na aviação executiva, existindo hangares ociosos. Por isso, o aeroporto tem registrado sucessivos balanços negativos, sendo em 2016 seu prejuízo aproximadamente de R\$ 30.000.000,00. Tal situação leva os administradores do Aeroporto da Pampulha a crer que o retorno dos jatos seja essencial para garantir a sua sustentabilidade econômica.

Os parlamentares demonstraram preocupação com o fato de que, caso haja o retorno dos jatos, o aeroporto possa não ter condições de proporcionar conforto adequado a maior número de passageiros que naturalmente ocorreria ao local, considerando o histórico problemático do espaço nesse aspecto. Os gestores explicaram que a capacidade de embarque e desembarque de passageiros foi duplicada desde 2004 e a de estacionamento seria suficiente para suprir a demanda. Restaria, contudo, um gargalo operacional importante, que é a questão da deficiência na inspeção por raios X.

Ainda que seja autorizada a operação de jatos de grande porte no Aeroporto da Pampulha, seu funcionamento não alcançaria o volume de tráfego aéreo e de passageiros registrado em seu auge, em meados da década de 2000. Segundo os

administradores, há limitações de ordem regulatória que impedem que ele volte a operar com movimento próximo ao registrado na década passada. Eles informaram também que a Força Aérea Brasileira, que ocupa terrenos no entorno do aeroporto, deve liberá-los a partir de 2018, quando essas áreas poderiam ser utilizadas em expansões que vierem a ser necessárias para comportar o aumento do número de passageiros.

De acordo com os gestores do aeroporto, em caso de eventual liberação para jatos de grande porte, a definição de rotas a serem operadas não será instantânea, pois dependerá do interesse das empresas aéreas e das condições determinadas pela Anac.

Os deputados questionaram os problemas de enchentes na região do aeroporto, que eventualmente chegam até a inundar o terminal de passageiros. Segundo os administradores, esses problemas têm sido reduzidos por bacias e barragens de contenção em seus arredores e possivelmente não se repetirão.

Rogério Miranda, da Associação de Moradores do Bairro Jaraguá, afirmou que o aeroporto não possui medidas adequadas de mitigação de impacto ambiental, especialmente quanto à poluição sonora. Segundo ele, é corriqueira a realização de operações ruidosas, como a manutenção de aeronaves, mesmo durante a madrugada, o que perturba severamente a vizinhança. Por sua vez, a administração do aeroporto afirmou que atende às normas pertinentes, também quanto a ruído.

Ao final da visita, o deputado Antônio Carlos Arantes lamentou a restrição do acesso dos parlamentares a determinadas áreas. Ele disse que, como o aeroporto alega ter infraestrutura adequada para eventual recebimento de mais voos, deveria aproveitar a visita para dar ampla publicidade a isso.

Conclusão

Os gestores do Aeroporto da Pampulha afirmaram que estão prontos para receber uma demanda maior de passageiros que possa advir do retorno da operação de jatos no local. Para eles, o aumento do número de voos seria importante para viabilizar economicamente o aeroporto. Os deputados mostraram preocupação com a capacidade de atendimento satisfatório de uma eventual maior demanda de passageiros, considerando seu histórico de operação. Os parlamentares criticaram ainda a restrição de seu acesso a determinados locais durante a visita.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2017.

Roberto Andrade, relator.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Local visitado: Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 8.082/2017, do deputado Gustavo Valadares, a Comissão de Desenvolvimento Econômico visitou, em 9/5/2017, a partir das 10h30min, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves – AITN –, no Município de Confins. A visita foi desdobramento de audiência pública realizada em 25/4/2017, que teve por finalidade debater o retorno da operação de voos de grande porte ao Aeroporto da Pampulha e suas consequências.

Participaram da visita os deputados Roberto Andrade, Antônio Carlos Arantes e Gustavo Valadares. Também estiveram presentes os representantes da BH Airport: Paulo Rangel, presidente, Guilherme Motta, gestor de relações institucionais, Adriano Pinho, diretor de Infraestrutura, Dany Oliveira, gerente de Rotas, Rafael Laranjeira, gerente de Operações e Janete Ribeiro, gestora de comunicações; Gilson Brito, presidente da Associação de Desenvolvedores do Vetur Norte; e Astrid Dias, diretor da Associação de Desenvolvedores do Vetur Norte.

Relato

A visita em relato foi realizada como desdobramento de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico realizada em 25/4/2017. Naquela ocasião foi debatido o retorno da operação de jatos de grande porte ao Aeroporto da Pampulha, tendo em vista a possível liberação para tal por parte da diretoria colegiada da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Os deputados foram recepcionados por Paulo Rangel, presidente da BH Airport, empresa concessionária do aeroporto, e por Guilherme Motta, gestor de relações institucionais da citada empresa. Participaram da visita também outros gestores da BH Airport.

Foram concedidas aos deputados e também à equipe técnica da Assembleia Legislativa credenciais que permitiram o acesso a áreas restritas do aeroporto.

Os gestores da BH Airport afirmaram que a eventual transferência de parte dos voos do AITN para o Aeroporto da Pampulha representaria uma perda líquida de voos para a malha aérea do Estado. Segundo eles, parcela importante dos voos que atualmente opera no AITN são conexões, inclusive internacionais, dentro do conceito de aeroporto *hub*, designação dada ao aeroporto utilizado por uma companhia aérea como ponto de conexão para transferir seus passageiros para o destino pretendido. Caso esses voos saiam do AITN e sejam transferidos para o Aeroporto da Pampulha, os voos subsequentes poderiam ser perdidos, tendo em vista as limitações técnicas e operacionais daquele aeroporto. Assim, as perdas do AITN seriam maiores do que os ganhos do Aeroporto da Pampulha, resultando em prejuízo para o Estado.

Dados apresentados durante a visita mostram que, em certos voos internacionais, o percentual de passageiros com origem de fora de Minas Gerais é de cerca de 70%. Segundo os gestores, esses passageiros seriam perdidos para outros aeroportos, fora do Estado, caso o voo inicial que os trouxe a Minas Gerais fosse transferido para o Aeroporto da Pampulha. Eles explicaram ainda que já há companhias que vendem voos com conexão de apenas 45 minutos no AITN, o que demonstraria sua alta eficiência logística.

Durante a visita, foi permitido aos deputados e à equipe da Assembleia o acesso a diversos espaços restritos do aeroporto, até mesmo ao embarque internacional, que requer procedimentos mais rigorosos de segurança. Foram apresentados ainda o Terminal 1 e o novo Terminal 2. Em especial, foram mostradas as soluções térmicas e acústicas implementadas no novo terminal, que reduziram o seu impacto ambiental e aumentaram o conforto dos passageiros.

Os gestores da BH Airport afirmaram que a construção do novo terminal foi feita de maneira modular, de forma que eventual expansão possa ser feita com baixo impacto operacional. Para tanto, porém, é necessário que o aeroporto ganhe maior escala operacional, o que seria prejudicado caso haja transferência de parte de voos para a Pampulha. Informaram que o aeroporto tem plano de expansão que comporta o atendimento anual de até 44 milhões de passageiros em um horizonte de 30 anos. Para fins de referência, o movimento atual de passageiros é de cerca de 11 milhões/ano, número que caiu nos últimos anos devido à crise econômica.

Os deputados demonstraram preocupação com a possibilidade de perda de conectividade da malha aérea de Minas Gerais caso haja transferência de voos do AITN para o Aeroporto da Pampulha, com possíveis prejuízos para o setor produtivo, para a arrecadação do Estado e também para a arrecadação dos municípios no entorno do AITN. Apontaram ainda que a priorização do AITN ocorreu como política de estado, contando com a participação de governos municipais, do governo estadual e também do governo federal.

Conclusão

Durante a visita foram apresentadas diversas áreas do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, inclusive áreas restritas. Ficou demonstrada a importância desse terminal para o desenvolvimento do Estado, sua eficiência logística e também o conforto e a conveniência oferecidos aos passageiros. Além disso, conforme argumentado pelos gestores da empresa concessionária, eventual

transferência de parte dos voos do AITN para o aeroporto da Pampulha provavelmente representaria uma perda líquida de voos, com prejuízo para a conectividade aérea do Estado e, conseqüentemente, para a sua atividade econômica.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2017.

Roberto Andrade, relator.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2017

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire e Cristiano Silveira (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a certificação da comunidade quilombola Marobá dos Teixeira, localizada em Almenara, e o atentado contra a família do presidente da associação da comunidade, ocorrido em 24/3/2017. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Emília da Silva, coordenadora do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais; Maria Rosa Jane Pujol e Elzi Dias de Souza Lima, membros da comunidade quilombola Marobá dos Teixeiras; e Maria Elizabete Gontijo dos Santos, presidente do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Cedefes; e os Srs. João Carlos Pio, superintendente de Povos e Comunidades Tradicionais da Subsecretaria de Igualdade Racial, representando o secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Wagner Silva, coordenador da Superintendência de Investigação e da Polícia Civil, representando o chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Frei Gilvander Luís Moreira, coordenador da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais – CPT-MG; Antônio Carlos da Silva, chefe substituto do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Inkra-MG, representando o chefe; Thales Viote, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, representando o presidente; Estevão Ferreira Couto, defensor público federal, titular do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da Defensoria Pública de Minas Gerais; Jurandir Dias de Souza, presidente da Associação Comunidade Quilombolas Marobá dos Teixeiras; Aderbal Costa Filho, professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG e membro do Comitê de Quilombos da ABA e Gesta; e Jesus do Rosário Araújo, presidente da Federação Quilombola de Minas Gerais. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária no dia 18/5/2017, às 9h30, para debater o Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2017

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Geraldo Pimenta, Leandro Genaro e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Geraldo Pimenta, declara aberta a reunião e comunica que não há ata da reunião anterior por tratar-se da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura dos deputados Noraldino Júnior para o cargo de presidente e Leandro Genaro para o cargo de vice-presidente. Submetidas as candidaturas, cada uma por sua vez, à votação pelo

processo nominal, ambos são eleitos por unanimidade. Ato contínuo, o presidente *ad hoc* faz a proclamação dos eleitos e declara empossado como presidente o deputado Noraldino Júnior, a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente declara empossado o vice-presidente e fixa o horário das reuniões ordinárias para as quintas-feiras, às 15 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2017.

Noraldino Junior, presidente – Leandro Genaro – Geraldo Pimenta.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 22 de maio de 2017, destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Arthur Arpini Coutinho.

Palácio da Inconfidência, 19 de maio de 2017.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo, João Leite e Leandro Genaro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/5/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência pública, debater e realizar balanço sobre o golpe de Estado ocorrido em 2016, que depôs a presidenta eleita Dilma Roussef e solapou a democracia brasileira e que tem causado inúmeros retrocessos nos direitos dos trabalhadores e nos direitos sociais do povo conquistados nos últimos anos, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Arnaldo Silva, Leandro Genaro, Nozinho e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 23/5/2017, às 9h30min, à Escola Estadual de Ensino Especial Doutor João Moreira Salles, em Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer as instalações, as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para melhor atendimento da pessoa com deficiência.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2017.

Duarte Bechir, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.787/2016

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado Anselmo José Domingos, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação de Prefeito José Saturnino Filho ao viaduto localizado sobre o Ribeirão do Onça e a Ferrovia Centro Atlântica, na Rodovia LMG-754, no Município de Cordisburgo.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.787/2016 tem por objetivo dar a denominação de Prefeito José Saturnino Filho ao viaduto localizado na Rodovia LMG-754, sobre o Ribeirão do Onça e a Ferrovia Centro Atlântica, no Município de Cordisburgo.

A Comissão de Constituição e Justiça relatou em seu parecer que a denominação de próprios públicos não constitui assunto de competência privativa da União ou do município, podendo ser objeto de disciplina jurídica por parte de estado membro. Esclareceu ainda que, no uso dessa prerrogativa, foi editada a Lei nº 13.408, de 1999, que, em seu art. 2ª, determina que, em caso de homenagem, a escolha recairá sobre nome de pessoa falecida que tenha prestado relevantes serviços à coletividade, evento de valor histórico, efeméride, acidente geográfico ou outras referências às tradições históricas e culturais do Estado.

Ademais, segundo a comissão, é adequada a apresentação de proposição sobre esse assunto por membro deste Parlamento, pois a Constituição Mineira não o inseriu no domínio da iniciativa reservada à Mesa da Assembleia e aos titulares dos Poderes Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas ou do Ministério Público.

Consta também do parecer da comissão jurídica que, em resposta a diligência solicitada por ela, a Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais enviou a Nota Técnica Jurídica nº 1.339/2016, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, e a nota técnica de 21/9/2016, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, em que esses órgãos se declaram favoráveis à pretensão do projeto de lei em análise, uma vez que o viaduto que se pretende nomear não possui denominação oficial.

Em sua justificativa, o autor da matéria esclarece que, além de prefeito, José Saturnino Filho, a quem se pretende homenagear, era médico, fazendeiro e foi um incansável lutador pelas boas causas de Cordisburgo, onde nasceu. Ainda segundo o proponente, merecem destaque especial sua atuação no controle das endemias rurais, no qual foi um cooperador voluntário do cientista Amílcar Martins no combate à doença de Chagas, além de sua atenção aos mais necessitados, aos quais atendia sem cobrar consulta e em favor dos quais utilizava seu amplo relacionamento para favorecer internações hospitalares e obter recursos básicos para o setor de saúde.

Assim, esta Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas considera meritória a homenagem proposta, pois demonstra o reconhecimento da população a uma pessoa de bem e aos bons exemplos deixados por ela.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.787/2016 em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2017.

Gustavo Santana, relator.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 18/5/2017, a seguinte comunicação:

Do deputado Hely Tarquínio em que notifica o falecimento de Lásaro Lopes da Silva, ocorrido em 16/5/2017, em Patos de Minas. (– Ciente. Oficie-se.)

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 18/5/2017, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Bruno Tasca Cabral, delegado-geral de Polícia da Polícia Civil de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.549/2017, do deputado Carlos Pimenta.

Do Sr. Eduardo Pompeiano Facio, secretário de Atividades Urbanas da Prefeitura de Juiz de Fora, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.886/2016, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

Do Sr. Fabiano Martins Cunha, superintendente regional do Dnit no Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.393/2017, do deputado Noraldino Júnior.

Do Sr. Fabiano Martins Cunha, superintendente regional do Dnit no Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.713/2017, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Fabiano Martins Cunha, superintendente regional do Dnit no Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.775 e 6.776 /2017, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Paulo Lamac, secretário de Governo da Prefeitura de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.584/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.101 e 6.105/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Ferreira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.268/2016, da Comissão de Transporte.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.492/2015, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.193/2016, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.598/2016, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.609/2016, da Comissão Extraordinária das Barragens.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.831/2016, da Comissão de Agropecuária.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.953, 5.954 e 6.009/2016, da Comissão de Assuntos Municipais.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.962/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.970/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.031/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.034/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.069/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.155/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.265/2016, da Comissão de Transporte.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 1º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/10/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, balança de precisão, quantia em dinheiro e material para dolagem e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 5.640/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais civis que menciona, pela atuação na ocorrência, em 11/10/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de arma, drogas, balança de precisão e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 5.641/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 7ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito e no 7º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/10/2016, em Pompéu, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição e na detenção de quatro pessoas (Requerimento nº 5.642/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 7ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/10/2016, em Pitangui, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, drogas, quantia em dinheiro, celulares e veículos e na detenção de cinco pessoas (Requerimento nº 5.643/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Policiamento Especializado da Polícia Militar e no 61º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/10/2016, em Sabará, que resultou na apreensão de um menor, além de armas de fogo, munição, drogas e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 5.644/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com policiais militares que procederam à prisão de suspeitos de envolvimento com tráfico de drogas e efetuaram a apreensão de 544 tabletes de substância esverdeada semelhante a maconha, durante policiamento no trajeto entre o Município de Grão-Mogol e o Distrito de Vale das Cancelas, às margens da BR-251, em 27/3/2017 (Requerimento nº 6.631/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com policiais militares que participaram da Operação Ramonzinho, com cerco e bloqueio em áreas pertencentes às cidades de Varginha, Três Pontas, Carmo da Cachoeira, Monsenhor Paulo e Boa Esperança (Requerimento nº 6.633/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, pela atuação na operação Fecha Batalhão, realizada em 31/3/2017, no Município de Araxá, que resultou na apreensão de um menor, de aproximadamente 130kg de maconha e na prisão dos criminosos que transportavam a droga (Requerimento nº 6.658/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais federais que participaram de operação em 4/4/2017, no Município de Uberlândia, que resultou na apreensão de 85kg de cocaína e um fuzil (Requerimento nº 6.694/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, pela atuação na ocorrência, em 30/3/2017, em Dionísio, que resultou na prisão de dois suspeitos de roubo de um carro (Requerimento nº 6.765/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, pela atuação no patrulhamento, em 7/4/2017, em Pouso Alegre, que resultou na apreensão de um menor, além de drogas e quantia em dinheiro (Requerimento nº 6.766/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam e no Comando de Policiamento Especializado, pela atuação na ocorrência realizada em Belo Horizonte, em 1º/2/2017, que resultou na prisão de um indivíduo acusado de receptação e na apreensão de significativas quantidades de *tablets* e celulares (Requerimento nº 6.790/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a polícia civil de Uberlândia pelas brilhantes operações Resposta e Hidra, que puseram termo à atuação criminosa das quadrilhas que explodiam caixas eletrônicos na cidade e na região (Requerimento nº 6.848/2017, do deputado Felipe Attiê);

de congratulações com promotores, subprocuradores e procuradores pelo brilhante serviço que vêm prestando à sociedade brasileira no combate, com seriedade e afinco, à corrupção e ao crime organizado (Requerimento nº 6.849/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona pelo brilhante trabalho realizado em Leandro Ferreira, em 24/4/2017, que resultou na prisão de dois autores de sucessivos roubos ocorridos entre os dias 21 e 24/4/2017, na morte de dois integrantes do grupo criminoso e na apreensão de veículos, quantia em dinheiro, objetos de valor e roupas, entre outros bens (Requerimento nº 6.855/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com paratletas mineiros pela conquista de 280 medalhas na competição regional Centro-Leste do Circuito Caixa Loterias, realizada em Brasília e promovida pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, nas modalidades de halterofilismo, atletismo e natação (Requerimento nº 6.860/2017, do deputado Gilberto Abramo);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência, em 25/4/2017, em Andradas, que resultou na apreensão de aproximadamente 4.130kg de maconha e de um caminhão e na detenção do motorista (Requerimento nº 6.863/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela prisão de três indivíduos acusados de roubo de carga, sequestro e cárcere privado de funcionários de uma grande empresa e pela apreensão de produtos advindos de atividade ilícita (Requerimento nº 6.864/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela operação realizada em 25/4/2017, em Sabará, que resultou na recuperação de mercadorias furtadas durante transporte pelos Correios, avaliadas em, aproximadamente, R\$500.000,00 (Requerimento nº 6.869/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que menciona, que participaram da Operação Sem Sinal, realizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte em 25/4/2017, a qual resultou no cumprimento de 22 mandados de busca e apreensão e na recuperação de 70 baterias estacionárias, que estariam sendo usadas em equipamentos de som de carros (Requerimento nº 6.879/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona pelo trabalho realizado em Belo Horizonte, em 29/4/2017, que resultou na prisão de quatro integrantes de uma quadrilha que roubava carros na região do Bairro Belvedere e na apreensão de quantia em dinheiro, uma réplica de pistola, telefones celulares e um veículo (Requerimento nº 6.889/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona pelo trabalho realizado em Belo Horizonte, em 26/04/2017, que resultou na prisão de uma pessoa e na apreensão de dois menores, além de duas réplicas de arma de fogo, um instrumento perfurante, quantia em dinheiro e um veículo (Requerimento nº 6.893/2017, do deputado Sargento Rodrigues).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/5/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 19/5/2017, que exonerou Anne Evellin Martinez de Menezes, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Iran Barbosa;

nomeando Aguinaldo da Silva Batista, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 32/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 58/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 6/6/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de latas de tinta e seladora.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 33/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 059/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 2/6/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para serviço de suporte ao *software* BIG-IP F5.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 37/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 65/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 5/6/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de frigobares.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.